

A definição da potencialidade de areia no sistema fluvial meandrante do Rio Paraíba do Sul no trecho paulista: aplicação nas políticas de planejamento ambiental do Estado de São Paulo.

Sonia Aparecida Abissi Nogueira¹, Antônio Luiz Teixeira¹, Tarcísio José Montanheiro¹, Hélio Shimada¹, Francisco de Assis Negri¹

¹ Instituto Geológico – Secretaria do Meio Ambiente/SP

RESUMO: No Estado de São Paulo, a distribuição geográfica das áreas de mineração combina condicionantes geológicos favoráveis à ocorrência dos recursos minerais com os vetores de crescimento urbano/industrial, resultando em polos produtores regionais, na sua porção centro-leste. Neste contexto, o Vale do Paraíba representa, desde 1970, o principal polo abastecedor de areia para construção civil da região metropolitana de São Paulo. Por sua vez, a expansão acelerada da mineração no leito e cavas da planície aluvionar do Rio Paraíba desencadeou um quadro de degradação ambiental do meio físico, de conflitos com outros usos do solo e descumprimento das legislações pertinentes. Diferentes indicadores apontam intensa conurbação nos municípios ao longo da Via Dutra, de Jacareí à Caçapava, Taubaté à Pindamonhangaba e Roseira à Cachoeira Paulista, revelando alta concentração industrial e sedimentação da malha urbana expandida e os pontos mais críticos de comprometimento da qualidade ambiental da Bacia do Paraíba.

Em decorrência desse cenário, no período de 1996 a 1999 foi deflagrado um amplo processo de planejamento e gestão da atividade minerária, cujo resultado consolidou-se num instrumento de política pública da Secretaria do Meio Ambiente, a Resolução SMA 28/99, que estabeleceu o Zoneamento Ambiental da Extração de Areia no Vale do Paraíba, no subtrecho Jacareí – Pindamonhangaba. O objeto principal foi a definição de áreas aptas à extração de areia, resguardando-se e protegendo o ecossistema formado pela várzea do Rio Paraíba.

Para alcançar esse resultado o Instituto Geológico executou em 1997, o Projeto Paraíba do Sul: Potencialidade de Areia – Fase I, que abordou aspectos da hidrografia, geomorfologia e geologia da planície holocênica do Rio Paraíba, no trecho considerado. Os estudos permitiram a recuperação da morfologia dos canais abandonados, com a reconstituição dos cinturões meândricos construídos ao longo do tempo. A definição e delimitação da zona de potencial de areia baseou-se no estabelecimento dos limites dos cinturões meândricos, eminentemente arenosos, pertencentes ao Sistema Fluvial Meandrante do Rio Paraíba. A adoção dessa potencialidade foi o elemento principal no estabelecimento das zonas aptas à mineração de areia, parte integrante do zoneamento da Resolução SMA 28/99.

Decorridos 15 anos, o IG desenvolveu em 2012, o Projeto Paraíba do Sul: Potencialidade de Areia – Fase II, que contemplou as atividades necessárias à definição da potencialidade de areia em sua planície aluvionar, no subtrecho Roseira - Queluz, em continuidade à Fase I de 1997, no subtrecho Jacareí – Pindamonhangaba. O projeto respondeu à demanda da Resolução SMA 16/2011, de revisar o zoneamento minerário estabelecido e propor a sua ampliação para toda a extensão da planície aluvionar do Rio Paraíba.

No Estado de São Paulo, diante da quase ausência de políticas públicas de uso do solo para solucionar a complexa e polêmica equação de assegurar o suprimento de matérias-primas minerais e garantir a qualidade do meio ambiente, a proposição do projeto constituiu-se em subsídio fundamental para a construção de instrumentos de ordenamento territorial que integram o planejamento e gerenciamento dos recursos naturais aos usos da terra, respeitando-se os aspectos socioeconômicos e ambientais.

PALAVRAS CHAVE: VALE DO PARAÍBA. POTENCIALIDADE DE AREIA. PLANEJAMENTO AMBIENTAL.